



EXPEDIENTE

Organização:

Gilka Silva Pimentel Isaura de França Brandão

Editoração e Projeto Gráfico:

Anna Carolina Campos Soares

Revisão:

Isaura de França Brandão

Fotos:

Arquivo PROIFES-Federação

SUMÁRIO

ApresentaçãoPrefácio	
1. Como surge o EBTT?	
1.1. EBTT: Novo patamar na Rede Federal	
1.2. RSC: Marco de valorização na Carreira EBTT	
1.3. RSC para docentes aposentados	11
2. EBTT: Presença e voz na Diretoria do PROIFES-Federação	13
2.1. EBTT em debate: Escolas de aplicação e educação infantil	15
2.2. EBTT em debate: Seminários que movem a Federação	17
3.EBTT:Quem somos? Onde estamos?	21
4. Configuração da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	o25
4.1. Escolas de Aplicação	27
4.2.UnidadesdeEducaçãoInfantil	30
4.3. Escolas Militares	31
5. Rede Federal de Ensino de Educação Profissional, Científica e To	ecno-
lógica	
5.1. Escolas Técnicas Vinculadas	
5.2.InstitutosFederais	35
6. Referências Bibliográficas	41



I Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Dezembro de 2018, em Curitiba/Paraná

APRESENTAÇÃO

"Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir."

José Saramago, Cadernos de Lanzarote (1994)

Este caderno nasce do desejo compartilhado de registrar a trajetória de uma conquista que alcança milhares de professores e professoras. Reunimos, em um único material, informações sobre quem somos, onde estamos e quantos somos, de modo acessível tanto para quem ingressou na carreira antes de 2008 quanto para os que chegaram depois.

Foi preciso a ousadia de mulheres e homens que, em diálogo firme com o governo, colocaram à mesa o valor de uma carreira até então pouco reconhecida. Nesse percurso, o PROIFES-Federação teve papel decisivo e pode ser considerada a entidade que impulsionou a configuração de carreira que hoje temos.

Por sermos um corpo diverso e espalhado pelo país, muitos de nós ainda não conhecem a abrangência do EBTT: quem o compõe, em quais instituições estamos presentes e como nos organizamos. Este caderno quer justamente aproximar a comunidade dessa realidade.

A estrutura do material começa com uma breve contextualização histórica do surgimento do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Em seguida, apresenta os principais marcos e conquistas, como: a isonomia com o Magistério Superior (MS); o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e o desafio de sua extensão aos colegas aposentados; a inclusão da Diretoria de EBTT na Diretoria Executiva da Federação; a criação de seminários como espaços de debate e de encaminhamentos para o planejamento estratégico do PROIFES-Federação; além da descrição dos diferentes segmentos que integram a carreira.

Nossa intenção é que este caderno se torne um material de consulta permanente, uma referência viva para professores e professoras que desejam conhecer e compreender melhor essa jovem e estratégica carreira.

II SEMINÁRIO DA CARREIRA EBTT - PROIFES

Il Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2022, em Porto Alegre/Rio Grande do Sul

PREFÁCIO

Por Francisco Wellington Duarte Presidente do PROIFES-Federação

A carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), integrante do Magistério Federal (MF) ao lado do Magistério Superior (MS), completa 17 anos de criação (Lei nº 11.784/2008) e 13 anos de regulamentação (Lei nº 12.772/2012).

Nesse período, consolidou-se como eixo estratégico da educação pública, o que exige acompanhamento permanente de sua evolução e de sua inserção nas relações de trabalho, tanto nas universidades federais quanto nos institutos federais, estes últimos também com 17 anos desde a criação pela Lei nº 11.892/2008.

Por sua natureza e campo de atuação, a carreira do EBTT deve ser compreendida no contexto de redesenho da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) promovido pelo governo federal, com ampliação, interiorização e diversificação da oferta. As(os) docentes do EBTT estão presentes nas universidades federais, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET-RJ e CEFET-MG), nas Escolas Técnicas vinculadas, nas universidades federais, no Colégio Pedro II, além das escolas de aplicação e dos colégios militares.

Impõe-se, portanto, uma visão sistêmica da carreira, capaz de iluminar suas especificidades e de reconhecer sua relevância na produção de conhecimento e na formação humana. Este material se apresenta como contribuição oportuna e necessária para projetar o futuro da carreira docente, indicando caminhos para que o EBTT se insira em um processo contínuo de aperfeiçoamento estrutural, ao mesmo tempo atrativo para quem pretende ingressar e mobilizador para quem já integra seus quadros.

III Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2024 em Goiânia - Goiás

Como surge o EBTT?

Iniciamos este caderno com a vontade de contar uma história, não apenas registrar memórias e acontecimentos que marcaram a construção da carreira EBTT, mas revisitar os passos dados para, a partir deles, traçar caminhos novos. Como lembra José Saramago em Viagem a Portugal: "É preciso recomeçar a viagem. Sempre."

A tarefa de continuidade, renovação e transformação cabe agora também aos que ingressam, jovens ou não, na Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e no PROI-FES-Federação.

Voltemos no tempo

Antes de 2008, éramos professores e professoras das universidades públicas federais e dos então Cefets, das escolas técnicas vinculadas, das escolas de aplicação e das unidades de educação infantil (antigas creches). À época, recebíamos cerca de 22% a menos que docentes da carreira do Magistério Superior (MS) com igual titulação e posição.

Na antiga estrutura, o tripé ensino, pesquisa e extensão não estava articulado, o que desestimulava a realização de mestrado, doutorado e outras qualificações. Historicamente, a carreira de 1º e 2º Graus permaneceu à margem das discussões do movimento docente, até que o PROIFES-Federação lhe conferiu a centralidade necessária, defendendo a criação da carreira EBTT.

O processo de negociação que levou, em 2008, à criação da carreira EBTT e ao respectivo acordo foi amadurecido nos Encontros Nacionais e sustentado pelos sindicatos em suas bases. A equiparação entre as carreiras EBTT e MS consolidou uma conquista histórica: isonomia remuneratória e equivalência estrutural.

A partir do Acordo de 2008, as regras aplicáveis ao Magistério Superior passaram a valer também para o EBTT.

2008 — EBTT: novo patamar na Rede Federal

2008 — EBTT: novo patamar na Rede Federal

O ano de 2008 marcou uma mudança de patamar na atuação e no reconhecimento do PROIFES-Federação, ainda então como fórum de professores, no cenário das negociações de carreira do movimento docente federal.

Em 20 de março daquele ano, o PROIFES-Federação assinou o Termo de Acordo que instituiu a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), beneficiando milhares de docentes dos Institutos Federais, das Escolas de Aplicação, das Unidades de Educação Infantil das universidades, dos Colégios Militares (docentes civis), das Escolas Técnicas Vinculadas e dos ex-territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

A carreira EBTT foi criada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e reestruturada pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Hoje, cerca de 70 mil docentes integram a carreira, distribuídos por 38 Institutos Federais (com 702 campi), 24 Escolas de Aplicação de universidades públicas federais, 24 escolas técnicas vinculadas, 15 colégios militares, o Colégio Pedro II, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CE-FET-RJ e CEFET-MG) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

É importante destacar a clareza com que a Federação reconheceu as diferenças de vocação entre as duas redes. Enquanto os Institutos Federais têm obrigação legal de ofertar, no mínimo, 50% de cursos técnicos, as universidades concentram sua missão no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Nesse contexto, a criação da carreira EBTT tornou-se decisiva: à época, aproximadamente 80% dos docentes do Magistério Superior (MS) possuíam doutorado, ao passo que, no EBTT, esse percentual girava em torno de 7%.

Defender uma carreira única para as duas redes teria sido desastroso: colocaria em risco direitos historicamente constituídos, como a aposentadoria especial, e criaria insegurança jurídica para o desenvolvimento profissional.

A nova carreira, ao contrário, assegurou a continuidade dos direitos previdenciários e ofereceu uma estrutura adequada às especificidades formativas e institucionais de cada rede. O ano de 2008 marcou uma mudança de patamar na atuação e no reconhecimento do PROIFES-Federação, ainda então como fórum de professores, no cenário das negociações de carreira do movimento docente federal.

Em 20 de março daquele ano, o PROIFES-Federação assinou o Termo de Acordo que instituiu a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), beneficiando milhares de docentes dos Institutos Federais, das Escolas de Aplicação, das Unidades de Educação Infantil das universidades, dos colégios militares (docentes civis), das escolas técnicas vinculadas e dos ex-territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

2012 — RSC: Marco de valorização na carreira EBTT

Em 2012, os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior colocaram à prova sua capacidade de luta, mobilização e negociação, venceram. A culminância desse processo foi a assinatura, pelo PROIFES-Federação, do acordo que deu origem à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Entre os avanços, destacou-se a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), conquista de enorme significado, sobretudo para docentes oriundos da antiga carreira do 1º e 2º Graus. O RSC resultou do Acordo 01/2012, negociado no âmbito do Grupo de Trabalho Carreira Docente, com participação do Ministério da Educação e do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sua criação deu novo sentido ao trabalho de professores e professoras que dedicaram a vida ao EBTT num contexto histórico marcado pela ausência de uma estrutura de carreira adequada, por carência de programas de incentivo à qualificação e por períodos sem recomposição de quadros via concurso público. Esse avanço consolida uma linha histórica iniciada no Acordo de 2008, firmado pelo PROIFES-Federação e transformado na Lei nº 11.784/2008, que criou a carreira EBTT, e foi posteriormente regulamentado pela Portaria MEC nº 491/2013.

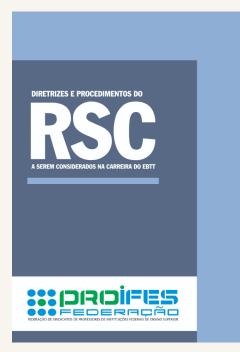
A proposta do RSC nasceu de um diagnóstico claro: era preciso estruturar a carreira do EBTT para garantir condições efetivas de dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, dimensões pouco articuladas na carreira anterior, e estabelecer incentivos reais à qualificação. À época, mais de 70% do corpo docente do Magistério Superior (MS) já possuía doutorado, enquanto no EBTT esse percentual girava em torno de 18%. Considerando mestres e doutores, o MS alcançava quase 100% do quadro, ao passo que o EBTT somava pouco mais de 50%.

Diante desse cenário, o RSC se afirmou como mecanismo de correção de assimetrias e estímulo à valorização de trajetórias: reconhecendo saberes, experiências e competências acumuladas ao longo de anos de docência, ao mesmo tempo em que impulsiona a implementação de Planos de Capacitação pelo MEC e pelas reitorias dos Institutos Federais.

Em síntese, o RSC tornou-se uma alavanca de valorização e desenvolvimento profissional, articulando reconhecimento do trabalho realizado e ampliação das condições para que novas qualificações sejam buscadas pelos próprios docentes.

Segundo o professor Nilton Brandão (2021):

O RSC tem em sua concepção a ideia de ser um instrumento de valorização dos professores de EBTT. Isto porque não deve ter um caráter de substituição à titulação acadêmica, sendo fundamental que se mantenha na Carreira de EBTT o estímulo à obtenção pelos professores dos títulos de especialização, mestrado (acadêmico ou profissional) e doutorado.





Aponte a câmera do seu celular para acessar a cartilha

Cartilha "Diretrizes e procedimenetos do RSC a serem considerados na carreira do EBTT" PROIFES-Federação, 2017

RSC para docentes aposentados

Com o estabelecimento do RSC, não houve sua extensão aos docentes aposentados. O PROIFES-Federação entende que a obtenção do RSC deveria, e ainda deve, contemplar também os que se aposentaram, mediante avaliação do trabalho meritório desenvolvido durante o período de atividade. Para isso, é necessária a alteração da Lei nº 12.772.

Na elaboração das diretrizes do RSC, conduzida pelo Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), responsável por definir os procedimentos de concessão, buscou-se mitigar prejuízos aos docentes mais antigos na carreira.

Foram criados mecanismos específicos para permitir o acesso ao RSC por meio da apresentação de memorial, na ausência de documentação comprobatória referente ao período anterior a 1º de março de 2003, destacando-se cada etapa da trajetória profissional.

O PROIFES-Federação integrou a composição do CPRSC até o golpe contra Dilma Rousseff, em 2016. Voltou a ter assento em setembro de 2025, como desdobramento do acordo firmado com o governo na negociação salarial de 2024. Paralelamente, diversas ações judiciais propostas por docentes aposentados têm obtido decisões favoráveis ao reconhecimento do RSC.

EBTT: Presença e voz na Diretoria do PROIFES-Federação

EBTT: presença e voz na Diretoria do PROIFES--Federação

Após a sua criação o PROIFES-Federação se recompõe e cria a diretoria. Ocuparam a pasta os seguintes docentes:

2009 – 2011 - Diretor do Ensino Básico: José Eduardo Borges Moreira

2012 – 214 - Diretor de Assuntos Educacionais do EBTT: Nilton Ferreira Brandão

2015 – 2017 - Diretora de Assuntos Educacionais do EBTT: Gilka Silva Pimentel

2018 – 2021 - Diretora de Assuntos Educacionais do EBTT: Gilka Silva Pimentel

2021 – 2022 - Diretor de Assuntos Educacionais do EBTT: Reginaldo Soeiro

2023 – 2024 - Diretora de Assuntos Educacionais do EBTT: Rosangela Gonçalves de oliveira

2025 – 2027 – Diretor de Assuntos Educacionais do EBTT: Romeu Bezerra



Reunião com a SETEC/MEC para tratar da liberação do controle de frequência dos docentes da carreira EBTT Maio de 2025, em Brasília/Distrito Federal

EBTT em debate: Escolas de Aplicação e Educação Infantil

EBTT em debate: Escolas de Aplicação e Educação Infantil

O I Encontro das Escolas de Aplicação das IFES realizou-se em Brasília, nos dias 20 e 21 de maio de 2011, na sede do PROIFES-Federação, reunindo representantes do PROIFES-Federação, CONDICAP, ANDIFES, SESU/SEB, CAP/NEI/UFRN, CAP/UFRGS, CAP/UFPA e Creche/UFSCar. Ao longo de três mesas-redondas, debateram-se a regulamentação da carreira e o banco de vagas equivalentes como prioridade política, o papel das escolas de aplicação em ensino, pesquisa e extensão com vistas a uma unidade nacional, e o estatuto das unidades de educação básica nas universidades; a plenária final consolidou os encaminhamentos na "Carta de Brasília", com proposições para fortalecer a qualidade da educação básica no país.



1º Encontro Nacional de Educação Infantil do PROIFES-Federação Fevereiro de 2019, em São Carlos/São Paulo



2º Encontro Nacional de Educação Infantil do PROIFES-Federação Fevereiro de 2020, em Natal/RN

EBTT em debate: seminários que movem a Federação

EBTT em debate: seminários que movem a Federação

Os seminários funcionam como espaços internos de organização da Federação, dedicados à reflexão e ao debate que resultam em propostas para a Diretoria Executiva e para os Encontros Nacionais.

2018 - 1º SEMINÁRIO DO EBTT - CURITIBA/PR

Foram comemorados os 10 anos da carreira EBTT nos dias 7 e 8 de dezembro, em Curitiba/PR. Para celebrar a data, o evento reuniu representantes de sindicatos e docentes da carreira, com mesas de diálogo e trocas de experiências que ressaltaram conquistas e desafios, entre eles, a Lei nº 12.772/2012 e a implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

Cada segmento que compõe a carreira apresentou suas características, atividades e perfil profissional, compondo um panorama abrangente do EBTT.



I Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Dezembro de 2018, em Curitiba/Paraná

2022 - 2º SEMINÁRIO - PORTO ALEGRE/RS

De 17 a 19 de novembro de 2022, na sede da ADUFRGS-Sindical, realizou-se o seminário organizado pelo PROIFES-Federação em parceria com o sindicato local. O encontro reuniu professoras, professores e especialistas para debater a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no contexto pós-pandemia, culminando na elaboração de propostas para o futuro da educação.

Ao final, foram aprovados os eixos de luta do documento-referência do II Seminário para incorporação à agenda da Federação em 2023. O relatório de consolidação apresentou 17 eixos de luta, posteriormente encaminhados ao Encontro Nacional de 2023, em Salvador/BA.



Il Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2022, em Porto Alegre/Rio Grande do Sul

2024 - 3° SEMINÁRIO - GOIÂNIA/GO

No dia 23 de novembro de 2024, na sede do ADUFG-Sindical, em Goiânia, realizou-se o seminário que discutiu a Portaria nº 750, os novos fazeres docentes e o novo regulamento do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). À época, a Federação ainda estava fora da composição do CPRSC. Foram apresentados pontos de alteração ao regulamento e encaminhamentos sobre a necessidade de mudanças, incluindo a atualização e o monitoramento do banco de avaliadores que integra a comissão de avaliação do RSC.

Nesse seminário, foi criado o GT EBTT no âmbito da Federação. Na ocasião, também foi apresentado o relato da participação do PROIFES-Federação no Grupo de Trabalho do MEC, responsável pela elaboração do substitutivo à Portaria MEC nº 983/2020.



III Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2024, em Goiânia/Goiás

2025 - 4º SEMINÁRIO - FORTALEZA/CE

Entre os dias 27 e 29 de novembro, o PROIFES-Federação realizará o IV Seminário EBTT em parceria com a ADIFCE (Associação dos Docentes e dos Institutos Federais do Ceará), sindicato recém-fundado em junho de 2025 e filiado à federação, com o tema "Isonomia e diversidade de uma carreira em construção".

Por ser uma carreira nova em construção, precisamos conhecer e entender a diversificação da nossa carreira, que possui particularidades e características distintas.

Destacamos, como política de expansão do PROIFES--Federação, a criação de novos sindicatos nos Institutos Federais, a exemplo da criação do mais novo sindicato filiado à federação, a ADIFCE-Sindicato, que surge como esforço coletivo de um grupo de professores e professoras que compreenderam a necessidade de ter um sindicato filiado ao PROIFES-Federação, com perfil propositivo e dialógico durante as negociações salariais com o governo federal.

IV SEMINÁRIO EBTT

do PROIFES-Federação

27 a 29 de novembro | Fortaleza, Ceará

CARREIRA EBTT:

ISONOMIA E DIVERSIDADE DE UMA CARREIRA EM CONSTRUÇÃO



EBTT: quem somos? onde estamos?

Como lembra José Saramago em *O Conto da Ilha Desconhecida* (1997), "é preciso sair da ilha para ver a ilha": só compreendemos quando nos deslocamos do lugar habitual do olhar.

Quando voltamos o olhar à carreira do EBTT, esse movimento significa reconhecer sua imensa diversidade, as especificidades de cada segmento e instituição, os perfis profissionais, os públicos atendidos, as modalidades de ensino e as funções que cada ente cumpre no sistema federal. Em outras palavras, apenas "saindo da nossa ilha" evitamos generalizações e enxergamos a singularidade que nos constitui: a presença simultânea em universidades públicas federais, institutos federais e escolas militares.

Somos, ainda, uma carreira em construção

Por isso, compreender o contexto histórico de criação do EBTT, em toda a sua complexidade, é condição para formular soluções amplas e, ao mesmo tempo, específicas, que respondam às demandas e aos desafios de cada instituição ou unidade.

A seguir, apresentamos como cada segmento do EBTT se organiza e se distribui na extensa rede federal de ensino. A carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) nas instituições federais públicas foi criada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e reestruturada pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Atualmente, reúne cerca de 70 mil docentes, abrangendo Institutos Federais, Colégios de Aplicação das universidades federais, Colégios Militares, o Colégio Pedro II, Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, os CEFETs (RJ e MG) e a UTFPR.

As Escolas de Aplicação

Os Colégios de Aplicação (CAPs) são mantidos e administrados por Universidades Federais e integram o sistema federal de ensino. Foram instituídos e regulamentados pela Por-

taria MEC nº 959, de 27 de setembro de 2013, e atualizados pela Portaria MEC nº 694, de 23 de setembro de 2022.

São considerados Colégios de Aplicação as unidades de educação básica cuja finalidade é desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco em inovações pedagógicas e na formação docente.

As escolas de aplicação existem desde 1946 e se consolidaram como espaços de formação de professores realizados pelas universidades. Atualmente, há 24 escolas de aplicação em 23 universidades federais. A UFSC possui duas unidades (o NDI e o Colégio de Aplicação).

Entre as instituições com CAPs, destacam-se: UFRN, UFPE, UFMA, UFS, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS, UFMG, UFV, UFU, UFJF, UFG, UFPA, UFAC, UFRR, UFSM, UFES, UFCG, UFAL, UFC, UFLA, UFPB.

Os CAPs atendem da educação infantil ao ensino médio. Estão presentes em 23 IFES e atendem cerca de 35 mil estudantes. Seu diferencial, em relação às redes municipais e estaduais, é contar com a carreira EBTT na Rede Federal de Ensino, frequentemente em regime de dedicação exclusiva, articulando a tríade ensino-pesquisa-extensão e promovendo a inovação pedagógica em contexto escolar.

As Escolas Militares

Também integram a Rede Federal de Ensino 15 Colégios Militares, que ofertam ensino fundamental e médio a dependentes de militares e a estudantes da sociedade civil. São escolas públicas de educação básica, reguladas pelo art. 83 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), vinculadas ao Sistema de Ensino do Exército e subordinadas às Forças Armadas.

O corpo docente é composto por professores da rede pública e por militares com formação específica para o magistério.

As escolas estão distribuídas em diversas capitais e cidades, como Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Juiz de Fora/MG, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santa Maria/RS e São Paulo/SP, entre outras.

Escolas Técnicas Vinculadas

As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETVs) são unidades com autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Vinculam-se à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SETEC/MEC), responsável pela viabilização de seus orçamentos, voltados prioritariamente ao ensino profissional.

Atualmente, há 234 unidades acadêmicas do EBTT distribuídas em 15 universidades federais, atendendo mais de 23 mil estudantes em 272 cursos.

As ETVs estão presentes em 11 estados: Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os Institutos Federais de Ensino

A Rede Federal responde por 335.557 matrículas na educação profissional, que é a etapa com maior número de estudantes dentro do conjunto de ofertas dessa rede. No panorama nacional da modalidade, a Rede Federal concentra 13% das matrículas, ficando atrás da rede estadual (45,3%) e da rede privada (39%).

Em 2024, havia 685 unidades vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

Criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — conhecida como Rede Federal — tornou-se um marco de ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país.

Integrante do sistema federal de ensino e vinculada ao Ministério da Educação, a Rede Federal reúne:

I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);

III - Cefet-RJ e Cefet-MG;

IV – Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e

V - Colégio Pedro II

Configuração da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico — EBTT

Configuração da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico — EBTT

A Rede Federal de Ensino é composta por Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Colégio Pedro II, escolas de aplicação, Colégios Militares e escolas técnicas vinculadas, unidades de educação infantil (antigas creches).

A criação da Rede foi formalizada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo que a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, também teve impacto nesse processo. Em 28 de dezembro de 2012, a estrutura da Rede foi reestruturada pela Lei nº 12.772, a mesma que criou o Regime de Trabalho dos Servidores (RSC) para os docentes e técnicos administrativos.

Atualmente, a Rede Federal conta com cerca de 70 mil docentes na carreira EBTT (Educação Básica, Técnica e Tecnológica).



I Seminário Nacional do PROIFES-Federação – 10 anos do EBTT Dezembro de 2018, em Curitiba/Paraná

CALIFORNIA DE PARO LE CALIFORNIA DE LA C

Il Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2022 em Porto Alegre/Rio Grande do Sul



III Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação -Federação Novembro de 2024, em Goiânia/Goiás

AS ESCOLAS DE APLICAÇÃO

Colégios de aplicação mantidos por Universidades Federais, regulamentados pela Portaria 959/2013 (para efeito desta portaria, consideram-se Colégios de Aplicação as unidades de educação básica que têm como finalidade desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente).

- Ofertam 100% das vagas por sorteio público, atendendo 10.930 alunos em 2023.
- Proposta de reajuste orçamentário para equiparar custo anual por aluno ao FUNDEB até 2026.
- As Escolas de Aplicação estão presentes em 23 IFES, atendendo em torno de mais de 35.000 alunos.
- 24 colégios e escolas, com 11.814 estudantes, 1.485 docentes, estando em 23 UFS
- O diferencial dessas escolas e unidades em relação às redes públicas municipais e estaduais é a carreira da Rede Federal de Ensino (EBTT) com Dedicação Exclusiva, com carga horária de 40 horas semanais, o que possibilita a realização de ensino, pesquisa e extensão, além da atuação na formação de professores das demais redes e na oferta de estágios para estudantes da universidade de diferentes cursos.
- Estão distribuídos da seguinte forma: Região Norte 3, Nordeste 8, Sudeste 8, Sul 4, Centro-Oeste 1

Escolas de Aplicação

- Núcleo de Educação da Infância-Colégio de Aplicação da UFRN (NEI-CAp-U-FRN) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN;
- 2. Colégio de Aplicação da UFPE (CAp-UFPE)- Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE
- 3. Colégio de Aplicação da UFS (CODAP/ UFS) - Universidade Federal de Sergipe/ UFS
- 4. Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF -Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF
- 5. Colégio de Aplicação da UFV (CAp-COLU-NI) - Universidade Federal de Viçosa/ UFV
- 6. Escola de Educação
 Básica (ESEBA-UFU)
 Universidade Federal de Uberlândia

- 7. Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp--UFRJ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ
- 8. Colégio de Aplicação da UFRGS (CAp UFRGS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFR-GS
- 9. Colégio de Aplicação UFSC (CAp-U-FSC) Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC
- 10. Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI-UFSC) Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC
- 11. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) -Universidade Federal de Goiás/UFG
- 12. Centro Pedagógico (CP-UFMG) – Universidade Federal de Minas Gerais

Escolas de Aplicação

- 13. Colégio Universitário (COLUN/UFMA) – Universidade Federal do Maranhão/UFMA
- 14. Colégio de Aplicação da UFRR (CAp-U-FRR) - Universidade Federal de Roraima/ UFRR
- 15. Colégio Universitário Geraldo Reis (Columi) Universidade Federal Fluminense/UFF
- 16. Colégio de AplicaçãoUFAC Universida-de Federal do Acre/UFAC
- 17. Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UEIIA) — Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
- 18. Unidade Acadêmica de Educação Infantil (UAEI) — Universidade Federal de Campina Grande/UFCG
- 19. Escola de EducaçãoBásica (EEBAS) –Universidade Federalda Paraíba/UFPB

- 20. Centro de Educação Infantil Criarte – Universidade Federal do Espírito Santo/ UFES
- 21. Unidade de Educação Infantil Professora Telma Vitória (UEIPTV) – Universidade de Alagoas/ UFAL
- **22. Núcleo de Estudo da Infância (NEDI)** –
 Universidade Federal
 de Lavras/UFLA
- 23. Unidade Universitária Federal de Educação Infantil-Núcleo
 de Desenvolvimento
 da Criança Universidade Federal do
 Ceará/UFC
- 24. Escola de Aplicação da UFPA - Universidade Federal do Pará/UFPA

(28)

Educação Infatil

- 1. Creche UFBA
- 2. NEI-Paulistinha/UNIFESP,
- 3. Unidade de atendimento à criança UAC/UFSCAR



I Seminário Nacional do PROIFES-Federação – 10 anos do EBTT Dezembro de 2018, em Curitiba/Paraná

AS ESCOLAS MILITARES

A DEPA, atualmente a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, é o órgão de apoio técnico-normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEx, abrangendo um Sistema de 15 (quinze) Colégios Militares a difundir com excelência o ensino no nosso País:

- 15 Colégios Militares oferecem ensino fundamental e médio a dependentes de militares e civis.
- Reguladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).
- Corpo docente formado por professores da rede pública e militares com magistério específico.
- São escolas públicas mantidas pelo exército brasileiro, que fazem parte do sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).
- Níveis de ensino: Oferecem ensino fundamental (6° ao 9° ano) e ensino médio.
- Forma de ingresso: Por meio de processo seletivo anual.
- Estão distribuídos da seguinte forma: Região Norte 2, Nordeste 3, Sudeste 5, Sul 3, Centro-Oeste 2.

Escolas Militares

- 1. Colégio Militar de Santa Maria
- 2. Colégio Militar de Porto Alegre
- 3. Colégio Militar de Curitiba
- 4. Colégio Militar de São Paulo
- 5. Colégio Militar do Rio de Janeiro
- 6. Colégio Militar da Vila Militar RJ
- 7. Colégio Militar de Campo Grande
- 8. Colégio Militar de Brasília
- 9. Colégio Militar de Belo Horizonte
- 10. Colégio Militar de Juiz de Fora
- 11. Colégio Militar de Recife
- 12. Colégio Militar de Salvador
- 13. Colégio Militar de Fortaleza
- 14. Colégio Militar de Manaus
- 15. Colégio Militar de Belém
- 16. Colégio Militar da Marinha Angra dos Reis -EPCAR/ Barbacena da Aeronáutica

Il Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2022, em Porto Alegre/Rio Grande do Sul



III Seminário da Carreira EBTT do PROIFES-Federação Novembro de 2024, em Goiânia/Goiás

REDE FEDERAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Criada em 2008 pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, é um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica (EPT) no País.

Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Cada uma de suas instituições é composta por campi que atuam como unidades descentralizadas de ensino e garantem a presença da Rede Federal ao longo de todo o território nacional. Com isso, promovem a oferta da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento de inovações tecnológicas de forma alinhada com a vocação local.

Em 2025, a Rede Federal está composta por 686 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

AS ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS

- As escolas técnicas vinculadas às universidades federais somam 23 unidades acadêmicas do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), pertencentes a 15 universidades federais, com mais de 23 mil alunos em 272 cursos.
- São 23 instituições de ensino espalhadas pelo Brasil, que, juntas, ofertam 272 cursos da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT).

- A inclusão das ETVs (Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais) como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica também é reconhecida nas fontes.
- Autonomia administrativa, financeira e orçamentária, ligadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.
- Estados com ETVs: Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, RN, PB, PE, AL, MG, RJ e RS.
- Possui 38 Institutos Federais e 685 unidades
- 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet/RJ/ MG);
- 1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
- · 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais;
- E o Colégio Pedro II.

Escolas Técnicas Vinculadas

- EAGRO Escola
 Agrotécnica de Roraima Universidade

 Federal de Roraima
- 2. EMUFPA Escola de Música - UFPA
- 3. ETDUFPA Escola de Teatro e Dança UFPA
- 4. COLUN Colégio de Aplicação e Escola Técnica - UFMA
- 5. CTBJ Colégio Técnico de Bom Jesus UFPI
- **6. CTF -** Colégio Técnico de Floriano UFPI

- 7. CTT Colégio Técnico de Teresina - UFPI
- 8. EAJ Escola Agrícola de Jundiaí UFRN
- 9. EMUFRN Escola de Música - UFRN
- **10. ESUFRN -** Escola de Saúde UFRN
- 11. CAVN Colégio Agrícola Vidal de Negreiros - UFPB
- **12. ETS -** Escola Técnica de Saúde UFPB
- 13. ETSC Escola Técnica de Saúde de Caiazeiras - UFCG

Escolas Técnicas Vinculadas

- 14. CODAI Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas - UFRPE
- **15. ETA** Escola Técnica de Artes UFAL
- 16. CEDAF Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal - UFV
- 17. CEFORES Centro de Educação Profissional (UFTM), Uberaba, MG

- **18. COLTEC** Colégio Técnico UFMG
- 19. ESTES Escola Técnica de Saúde UFU
- **20.TU** Teatro Universitário UFMG
- 21. CTUR Colégio Técnico - UFRRJ
- **22. Colégio Politécnico** UFSM
- 23. CTISM Colégio Técnico Industrial de Santa Maria - UFSM

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO

- Criados pela Lei nº 11.892/2008, ampliando a educação profissional e tecnológica no Brasil.
- Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia -IFs, são instituições de educação básica, profissional e superior que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Possui 38 Institutos Federais.
- Foco na diversificação e interiorização da educação profissional.
- Com os novos 100 campi passam a contar com 782 unidades, sendo 702 campi de IFs, sendo eles, nas seguintes regiões:

- Na região sudeste serão criados 27 novos campi.
- · Na região Sul serão criados 13 campi.
- · Na região norte serão criados 12 campi.
- Na região centro-oeste serão criados 10 campi.
- No Nordeste serão criados 38 campi.

Institutos Federais

- 1. RS 3 Institutos e 43 campi
- 2. IFSul 15 campi
- 3. IFFar 11 campi
- 4. UFSM 3 campi
- 5. SC 2 Institutos 37 campi
- 6. IFSC 22 campi
- 7. IFCat 15 campi
- 8. GO 2 Instituto 26 campi
- 9. IFG 14 campi
- 10. IFGoiano 12 campi
- 11. PR 1 Instituto 28 campi
- 12. IFPR 28 campi
- 13. UTPR 13 campi
- 14. SP 1 Instituto 42 campi
- 15. IFSP 1 Instituto 42 campi
- 16. RJ 3 Institutos
- 17. Dom Pedro II 15 campi
- 18. IFF 12 campi
- 19. IFRJ 15 campi
- 20. CEFET RJ 7 campi
- 21. UFRJ Colégio Técnico -1 campus
- 22. MG 5 Institutos 56 campi
- 23. IFSulMinas 8 campi
- 24. IFMG 18 campi
- 25. IFNM 11 campi
- 26. IFSUD 10 campi
- 27. IFTM 10 campi (sendo 3 campi avançados)
- 28. CEFET MG -11 campi
- 29. UFU -1 campus
- 30. UFTM 1 campus
- 31. UFMG 2 campi
- 32. UFV 1 campi
- 33. ES 1 Instituto 22 campi
- 34. IFES 22 campi

Institutos Federais

- 35. MS 1 Instituto 10 campi
- 36. IFMS 10 campi
- 37. MT 1 Instituto 20 campi
- 38. IFMT 20 campi
- 39. RO 1 Instituto
- 40. IFRO 10 campi
- 41. AC 1 Instituto
- 42. IFAC 6 campi
- 43. AM 1 Instituto
- 44. IFAM 17 campi
- 45. PA 1 Instituto
- 46. IFPA 18 campi
- 47. TO 1 Instituto
- 48. IFTO 11 campi
- 49. RR 1 Instituto
- 50. IFRR 5 campi
- 51. AP 1 Instituto
- 52. IFAP 6 campi
- 53. BA 2 Institutos
- 54. IFBA 24 campi
- 55. IFBaiano 14 campi
- 56. SE 1 Instituto
- 57. IFSE 10 campi
- 58. AL 1 Instituto
- 59. IFAL 16 campi
- 60. PE 2 Institutos
- 61. IFPE 15 campi
- 62. IFSertão pernambucano 7 campi
- 63. UFRPE 1 campi
- 64. PB 1 Instituto
- 65. IFPB 21 campi
- 66. UFPAB 2 campi
- 67. UFCG 1 campi
- 68. RN 1 Instituto

Institutos Federais

69. IFRN - 22 campi

70. CE – 1 Instituto

71. IFCE - 34 campi

72. MA – 1 Instituto

73. IFMA – 31 campi

74. UFMA - 2 campi

75. PI – 1 Instituto

76. IFPI - 20 campi

77. UFPI – 5 campi

78. DF – 1 Instituto

79. IFB – 10 campi

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

Artigo: Avanços na carreira do EBTT: de professores de 1ª e 2º graus à equiparação com o Magistério Superior. Prof. Nilton F. Brandão, vice-presidente do PROIFES-Federação.2021. https://proifes.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Artigo-Avancos-na-carreira-do-EBTT-de-professores-de-1a-e-2o-graus-a-e-quiparacao-com-o-Magisterio-Superior1.pdf

PIMENTEL, S, P – QUEM SOMOS NOS CARREIRA DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO – EBTT – um ensaio para a nova diretoria do PROIFES-Federação – 2024/2027. – No prelo

PROIFES Federação; 15 anos de lutas e conquistas. Brasília; Ideal, 2019.

Saramago, J. Cadernos de Lanzarote. Companhia das letras. 2023

(https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infogra-ficos/instituto-federal) acessado em 2/9/2025

EBTT

Quem somos?

Onde estamos?

Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

